



Destaque para a semana: nos dias 15 e 16 dessa semana Brasília recebe a Marcha das Margaridas com a previsão de público de 100 mil pessoas. A Marcha das Margaridas é a maior ação política de mulheres da América Latina, com protagonismo das mulheres do campo, da floresta e das águas, coordenada pela CONTAG e 16 organizações parceiras. A Marcha é homenagem à Margarida Maria Alves, a paraibana morta a tiros, na porta de casa, em 1983. Ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Desde então, mulheres do Brasil inteiro se unem, de quatro em quatro anos, para manter acesa a chama desta luta das mulheres e dos brasileiros.

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara não tem pauta disponível. A expectativa é o anúncio da mudança de ministros que irão atender as demandas do Centrão e com isto destravar a pauta do Plenário. Também nesta semana poderá ser encerrada a CPI do MST depois que o governo conseguiu que alguns partidos trocassem seus membros.

Comissões

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL – Reunião dia 16/08/2023

Projeto de Lei nº 5.843/2016 - do Sr. Lucio Mosquini - que “regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado SERGIO SOUZA. PARECER: pela aprovação. Apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 17/09/2019 – O projeto pretende restringir o conceito de terra devoluta e ainda coloca que áreas que são exploradas por atividades agropecuárias não podem ser arrecadadas pelo poder público.

Projeto de Lei nº 3.915/2021 - do Sr. Zé Vitor - que “altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que

“Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ALEXANDRE GUIMARÃES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O projeto prevê alterar a data limite para regularização de assentamentos, trazendo o prazo de ocupação até maio de 2014, quando o original era outubro de 1985.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Audiência Pública que ocorre no dia 15/08/2023 com os seguintes convidados: HELDER BARBALHO - Governador do Estado do Pará; HANNA GHASSAN - Vice-Governadora do Estado do Pará e Coordenadora da COP-30; MARINA SILVA - Ministra do Meio Ambiente e



Mudanças do Clima; SIMONE TEBET - Ministra do Planejamento; SÔNIA GUAJAJARA - Ministra dos Povos Indígenas; SILVIA RUCKS - Coordenadora Residente do Sistema ONU no Brasil; MELANIE HOPKINS - Vice-

-Embaixadora do Reino Unido; WAEL ABOULMAGD - Embaixador do Egito no Brasil; SAHMAD SALEM AL-ZARIAM ALSUWAIDÍ Embaixador dos Emirados Árabes Unidos no Brasil

■ PLENÁRIO DO SENADO

Dia: 15/08/2023 - Sessão Especial – Início previsto: 9 hs - Para Homenagear a Marcha das Margaridas.

Alerta: Nesta semana há três propostas em tramitação no Senado. Elas devem ser acompanhadas, pois, se avançarem, serão um grande retrocesso aos povos originários, pescadores e populações tradicionais.

1. MARCO TEMPORAL - Consta na pauta da reunião deliberativa de quarta-feira (16/08) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o PL 2903/2023, que dispõe sobre o Marco Temporal. (PL 490/200 na Câmara) A relatora da matéria é a sen. Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), com relatório pela aprovação.
2. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2022 - Não Terminativo - Revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Autoria: Câmara dos Deputados Relatório: Favorável à Proposta, com a emenda de redação que apresenta. Tem grande impacto na região Norte, especialmente para pescadores e comunidades tradicionais, ao modificar os terrenos de marinha e seus acrescidos.
3. PL dos Agrotóxicos deve avançar no Senado – notícia da imprensa informa que o PL 1459/2022 poderá ser votado nesta semana na Comissão de Meio Ambiente o Relator é o Senador Comparato (PT/ES).

CPI DAS ONGS – Reunião no dia 15 de agosto de 2023

Depoimento como convidado – Ricardo Sales

Debatedores defendem maior taxação sobre agrotóxicos na reforma tributária

Representantes do Ministério Público, gestores e ativistas defenderam, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ocorrida na quinta-feira (10),

que os agrotóxicos sejam mais tributados no projeto da reforma tributária (PEC 45/2019), em análise no Senado. A mesma posição foi defendida pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que se colocou à disposição para apresentar emendas ao relator da reforma, senador Eduardo Braga (MDB-AM), assim como articular encontros com Braga visando o aprofundamento do debate sobre essa taxação específica. Paim citou dados da OMS [Organização Mundial de Saúde] apontando que os agrotóxicos já causam



diretamente cerca de 120 mil mortes por ano e 13 milhões de casos de intoxicação. O senador citou também dados recentes do Ministério da Saúde apontando que, entre 2019 e 2022, o uso de agrotóxicos foi a causa direta da morte de 439 brasileiros, além da intoxicação de 14 mil pessoas.

Discrepâncias tributárias

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), deputado estadual Marcos Abreu (Psol-SC), foi outro que se valeu de uma série de dados oficiais para criticar o atual modelo tributário.

Ele citou dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 mostrando que, naquele ano, os estados deixaram de arrecadar R\$ 10 bilhões devido às isenções fiscais sobre agrotóxicos. O valor, acrescentou, foi quase três vezes superior ao orçamento do Ministério do Meio Ambiente naquele ano (R\$ 3,4 bilhões). Além disso, continuou, dados do próprio governo indicaram que de 2005 a 2019 o BNDES injetou R\$ 749 milhões em 18 fabricantes de agrotóxicos, incluindo Monsanto, Syngenta, Ourofino e Dow Agrosciences.

O parlamentar catarinense apresentou outros dados sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde.

—Entre 2010 e 2019, foram 45,7 mil atendimentos de intoxicações por agrotóxicos, sendo que desses atendidos 1,8 mil morreram. Estudo da revista Saúde Pública revela que para cada US\$ 1 gasto com a compra desses produtos no Paraná, o SUS despense US\$ 1,28 com tratamento de intoxicações— informou.

O Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) detectou, segundo ele, agrotóxicos na água potável de 2.300

cidades entre 2014 a 2017. O parlamentar refutou teses de que uma taxaço maior nos agrotóxicos possa gerar inflação.

— O Censo Agropecuário indica que 420 mil pequenas propriedades da agricultura familiar, que produzem a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, dizem gastar somente 1,6% das despesas com agrotóxicos. A agricultura familiar produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo.

Declaração da Cúpula da Amazônia não tem ações concretas, criticam ONGs

Entidades apontam falta de contundência no resultado da reunião de líderes de países amazônicos. A ausência de metas concretas e prazos para a conservação da Amazônia na Declaração de Belém, assinada nesta terça-feira (8) pelos líderes dos países amazônicos, deu o tom das críticas de organizações socioambientais ao documento. Dezenas de organizações publicaram notas em protesto à ausência de medidas concretas, em um contexto de agravamento dos eventos climáticos extremos.

“Não é possível que, num cenário como esse, oito países amazônicos não consigam colocar numa declaração, em letras garrafais, que o desmatamento precisa ser zero e que explorar petróleo no meio da floresta não é uma boa ideia. Em resumo, o documento pecou pela falta de contundência”, afirmou Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, rede que reúne cerca de 80 organizações da sociedade civil brasileira.

Na mesma linha, o Greenpeace considerou grave a ausência de metas concretas para zerar o desmatamento ou para frear a exploração de petróleo na Amazônia.



Por outro lado, as organizações também reconhecem avanços que podem alavancar a cooperação regional, mas foram ofuscados pelas omissões sobre o fim do desmatamento e da exploração de combustíveis fósseis.

“O Brasil conseguiu costurar avanços importantes na declaração de Belém, como a proteção de direitos dos povos indígenas, a demarcação legal de suas terras e o reconhecimento de que a região está chegando a um ponto de não retorno”, afirmou Diego Casaes, diretor de campanhas da Avaaz. Ele ressalva que a falta de compromisso com metas de desmate e conservação foram “uma grande bola fora” dos presidentes amazônicos.

CNDH emite recomendação para que autoridades adotem medidas de proteção, promoção e defesa de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores e agroextrativistas do Pará

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH emitiu recomendação a órgãos do Poder Executivo federal, estadual e do Poder Judiciário, bem como a instituições financeiras públicas e privadas, para que adotem medidas de proteção, promoção e defesa dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores e agroextrativistas do estado do Pará. O documento do CNDH menciona uma série de normativos e acordos nacionais, como a Constituição Federal e o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), e internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Aponta ainda conclusões baseadas na missão realizada pelo coletivo nacional à Acará e Tomé-Açu, no Pará, no dia 7

de agosto de 2023, região de intenso conflito entre comunidades e o grupo empresarial BBF (Brasil Bio-Fuels), onde foram relatadas inúmeras denúncias de violações dos direitos humanos, com destaque para as áreas da segurança pública e proteção a defensoras/es de direitos humanos e meio ambiente.

Na Amazônia, indígenas e quilombolas usam drone, app e GPS para se proteger do Comando Vermelho

A alta de crimes contra povos quilombolas e indígenas na **Amazônia Legal** tem feito algumas dessas comunidades recorrerem a tecnologias, como GPS e até drones, para proteger seus territórios. Como mostrou o Jornal Estado de SP, somente no Pará, a violência contra esses povos quadruplicou em dois anos. Foram 232 registros no ano passado, segundo levantamento da Rede de Observatórios da Segurança. “Algumas comunidades estão instalando câmeras de segurança, drone e outras colocaram até cerca. São os métodos alternativos que essas comunidades estão criando para poder se proteger”, disse Aiala Colares Couto, pesquisador da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). As medidas, segundo ele, têm sido adotadas para tentar blindar os territórios diante de um avanço do **crime organizado**, que se aproveitou da “presença precária do Estado” nesses espaços. “Como são territórios que estão sendo invadidos constantemente, isso coloca principalmente as lideranças e as pessoas que convivem diretamente na comunidade em uma situação de risco”, afirmou.

Atualmente, o Comando Vermelho (CV) é dominante na região Norte, mas o Primeiro Comando da Capital (PCC) tem se aliado a facções menores, como



Comando Classe A e o Revolucionários do Amazonas (RDA), para tentar aumentar a presença nessa rota. As comunidades quilombolas e indígenas são usadas como esconderijo diante de operações

Medidas como essa também são observadas em outros locais da Amazônia Legal. Liderança indígena em comunidade do Amapá e coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Kleber Karipuna afirma que vários povos começaram a trabalhar de forma mais ativa na tentativa de proteger suas comunidades nos últimos anos e denunciar invasões de forma mais ágil. Os grupos buscam implementar até tecnologias para incrementar as chamadas “andanças”, espécies de rondas pelos territórios. “Tem uso de equipamentos como drones, para fazer monitoramento aéreo; GPS, para tirar coordenadas; câmeras fotográficas. Muitos hoje estão atuando até com aquela câmera de sensor na mata”, disse Karipuna. “Estão começando a se instrumentalizar melhor para realizar esse trabalho.”

Vala comum com restos mortais de indígenas do período da ditadura é descoberta no Mato Grosso

Uma **vala comum** com possíveis **restos mortais do povo indígena xavante** foi encontrada na **Terra Indígena São Marcos**, no município de Barra do Garças, no **Mato Grosso**. Embora existissem relatos a respeito da existência da vala, a sua materialidade só foi confirmada nesta semana. Segundo pesquisadores, foram enterrados indígenas vítimas de violações de direitos humanos no período da **Ditadura Militar**. Após a descoberta, pesquisadores e 14 caciques xavantes reivindicam a identificação, registro e

preservação dos sítios arqueológicos indígenas em áreas não demarcadas. A reivindicação foi enviada ao **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**, ao **Ministério Público Federal (MPF)** e à **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)**. A pesquisa foi iniciada em 2019, com coordenação da arqueóloga e professora da **Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)**, **Cláudia Plens**. Os estudos também envolvem cientistas da **Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)**, da **Polish Academy of Science**, na Polônia, e da **Universidade de Winnipeg**, no Canadá.

Em 1966, no período da Ditadura no Brasil (1964-1985), a população xavante de **Marãiwatsédé** foi vítima de remoção compulsória de seu território tradicional para a região de São Marcos, a cerca de 500 quilômetros de distância. O deslocamento foi feito em aeronaves da **Força Aérea Brasileira (FAB)**, em meio a uma epidemia de sarampo. Na ocasião, dezenas de indígenas foram acometidos pela doença e enterrados na vala comum. “Os relatos dos anciões mostram que, inicialmente, começava a morrer algumas pessoas que foram enterradas de forma individual e conforme os rituais. Depois, como morriam mais de 10 pessoas por dia, eles eram carregados em carrocerias puxadas por um trator para serem colocadas na vala comum”, afirmou o professor de antropologia da **Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)**, **Paulo Delgado**. “Sabemos que a ditadura vitimou dezenas de políticos, jornalistas e há uma grande quantidade de pessoas desaparecidas, e com os povos indígenas não foi diferente. Morreram mais indígenas do que não-indígenas”, enfatizou o professor, que também assina o texto enviado às autoridades.